

CENÁRIOS DA OCUPAÇÃO KAINGANG NO OESTE PAULISTA

Robson Antonio Rodrigues
Doutorando – MAE/USP
Bolsista CAPES

A Bacia do Médio/Alto curso do rio Feio/Aguapeí como Área de Pesquisa

A área de pesquisa se insere no contexto do Planalto Ocidental Paulista a partir de uma fração do Planalto Meridional Brasileiro, na Bacia do Paraná. Entre o Vale do rio Paranapanema e rio Tietê, o planalto é cortado por importantes rios, dentre eles destaca-se o rio Feio/Aguapeí.

Nesse sentido, a pesquisa que estamos desenvolvendo prioriza a Bacia do médio/alto curso do rio Feio/Aguapeí com especial atenção para as áreas delimitadas pelos afluentes: Ribeirão Jacri, Ribeirão Coiós, Ribeirão Caingangue e Rio Tibiriçá, cenário onde se procura compreender a interação do homem com o meio em que viveu, produziu conhecimentos e, conseqüentemente, cultura material, e que é o mesmo onde se localiza, na atualidade, a área do atual local de moradia Kaingang.

OBJETIVOS

A partir da perspectiva etnoarqueológica temos por objetivo entender a sociedade Kaingang no que se refere à produção, uso e descarte material, em especial da cerâmica, assim como o seu modo de ocupação e utilização do espaço e sistema de assentamento a fim de construir modelos interpretativos sobre aspectos do comportamento e da dinâmica social pretérita e ao mesmo tempo compreender como os diferentes elementos históricos provenientes do processo de expansão capitalista provocaram alterações no modo de ser indígena para a elaboração de um mapa mais claro da ocupação Kaingang no sertão paulista e a geração de dados que contribuam com interpretações arqueológicas sobre os processos de formação do registro arqueológico.

METODOLOGIA

Para atingir o objetivo proposto, por meio da associação de elementos arqueológicos, etno-históricos e etnográficos presentes na perspectiva etnoarqueológica, desenvolveremos levantamentos de dados e informações a respeito da produção, uso e descarte material da população Kaingang e como estes percebem o espaço territorial. Cabe ressaltar que esse modelo teórico pode ser entendido como uma abordagem que, a partir do estudo de sociedades contemporâneas, proporciona os meios para formular e testar hipóteses, modelos e teorizações que possibilitam responder questões de interesse arqueológico (KENT, 1987; THOMPSON, 1991 e STARK, 1993). Ou ainda, como uma estratégia de pesquisa que visa a produzir uma base de dados etnográficos sobre as relações entre o comportamento humano e o mundo material que possa auxiliar nas teorizações sobre os processos de formação dos registros arqueológicos e, ao mesmo tempo, que venha a contribuir para os estudos de cultura material (HODDER, 1982B; LONGACRE, 1991 e DAVID, 1992).

Os métodos para obtenção de dados utilizados na interpretação arqueológica são desenvolvidos a partir de uma etnografia arqueológica em que o importante é observar a relação entre os processos naturais e culturais na formação do registro em uma perspectiva contextual. O dado etnográfico, sendo fundamental para entender os processos de formação do registro arqueológico, deve ser recolhido em campo a partir de uma observação direta da forma, fabricação, distribuição, significado e uso dos artefatos, a sua colocação institucional e a unidade de organização social correlata entre as populações atuais (Stiles, 1977)

CONTEXTO AMBIENTAL

A bacia do rio Feio/Aguapeí é formada pelas águas do rio Feio que nasce a uma altitude de 600m , entre as cidades de Gália e Presidente Alves e pelo rio Tibiriçá, que nasce a uma altitude de 480m, junto à cidade de Garça, percorrendo uma extensão de 420km até sua foz no rio Paraná. Sua área é limitada ao Norte com a Bacia do rio Tietê, a Oeste com o Estado do Mato Grosso do Sul, tendo como divisa o rio Paraná, a Leste seu limite é a Serra dos Agudos e ao Sul encontra-se a Bacia do rio do Peixe.

O substrato geológico desta bacia é constituído por rochas vulcânicas e sedimentares da Bacia do Paraná de idade mesozóica e depósitos aluvionares de idade cenozóica. Inserindo-se na Província Geomorfológica do Planalto Ocidental, geralmente apresenta relevo monótono, de colinas amplas e morrotes com suave caimento para oeste; cotas altimétricas próximas a 500m nos limites orientais e rede de drenagem mostrando paralelismo de eixos na direção NW-SE, com planícies aluviais de dimensões variadas.

O uso do solo na bacia em questão é predominantemente definido pela pastagem seguido da utilização para culturas temporárias (feijão, milho, amendoim e algodão), perenes (café, seringueira e laranja) e semiperenes (cana-de-açúcar) e uma pequena parcela é recoberta com vegetação natural, mais próxima aos cursos d'água, em áreas de maior declividade e em pequenos pontos das colinas. Soma-se a esse contexto as áreas urbanas e os sistemas viários.

PANORAMA HUMANO

Dentre os grupos étnicos existentes em São Paulo, particularmente no interior do Estado, região oeste, destacamos os Kaingang, população indígena pertencente ao tronco lingüístico Jê, como alvo da pesquisa proposta. Estudos lingüísticos utilizados por Mota apontam para a chegada dos Kaingang, na região sul do país, em torno de 3.000 anos antes do presente, oriundos das populações de língua Jê dos planaltos entre as nascentes dos rios São Francisco e Araguaia, no Brasil Central (Mota, 2000).

Até o século XVIII, a região em questão não havia recebido grande atenção de colonos, por ser considerada um “sertão” de pouco valor econômico, servindo somente de passagem para os aventureiros em busca de ouro e riquezas em terras além destes sertões economicamente “inférteis”. A região, porém não se encontrava desabitada. Nas palavras de Marcel Mano: “... *O planalto ocidental paulista poderia*

ter facilmente servido como região de intenso tráfego de elementos culturais, via de escoamento e corredor de influências porque sitiado, a um lado, pelas serras de Piratininga e o litoral atlântico; por outro pela região do Chaco que se forma a oeste da bacia do Paraná; ao norte pelos campos e matas do Brasil central; e ao sul pelos campos férteis do Paraná e os pampas (...) cada uma dessas áreas geográficas ocupadas por populações indígenas culturalmente diferentes – Guarani (Mbia e Nhandeva), Tupi, Guaicuru-Mbaia, Aruak, Jê, entre outras...” (Mano, 1998:25).

Nas terras do sertão paulista, os grandes campos de cerrado entre os vales dos rios Tietê e Paranapanema eram tradicionais redutos ocupados pelas populações Kaingang. Vivendo em constantes deslocamentos dentro de seu território os Kaingang condicionavam seu modo de habitar e os seus objetos a essa dinâmica. Essa circulação marcava profundamente a vida grupal, sendo praticada nas matas e campos das regiões em que viviam, segundo seus ritmos culturais e as ofertas de certas espécies vegetais e animais encontrados nos seus territórios de domínio. Possuíam, geralmente, uma área no território em que fixavam moradia e organizavam suas atividades agrícolas de subsistência. Além dessa atividade dirigiam-se às matas em grupos de familiares para a coleta de frutos, mel e pinhão. Praticavam a caça de aves e animais. Realizavam, também, acampamentos nas margens dos rios para a prática da pesca (Simiema, 2000). Sua visão de mundo estrutura-se a partir de metades exogâmicas e patrilineares que estabelece a organização social. *"Perfeitamente adaptados à região, os Kaingang desenvolveram formas próprias de apropriação do espaço. A coletivização dos territórios, a itinerância, as divisões em grupos e metades, as regras de casamento e as cerimônias realizadas em homenagem aos espíritos dos mortos eram vivências sócio-culturais que estavam em oposição à lógica dos conquistadores"* (Pinheiro, 1996:44).

Essa produção econômica era centrada na divisão sexual do trabalho, sendo que os homens caçavam e pescavam, além de desenvolverem coleta de produtos específicos. Produziam armas e instrumentos de trabalho. Já as mulheres, tocavam a roça e se responsabilizavam pela coleta de frutos, preparação de alimentos, confecção de objetos artesanais como a cerâmica, a tecelagem, a cestaria e os trançados.

Segundo Borelli (1984), os Kaingang foram contactados no oeste do Estado de São Paulo, no final do século XIX e início do século XX, recebendo várias denominações: Coroados, Botocudos, Tapuia, Bugre, entre outros. Porém, as primeiras notícias referentes a este grupo datam de 1773 a partir do levantamento fluvial dos rios Tietê e Paraná, realizados pelo Brigadeiro Sá e Faria.

Neste período histórico com a expansão capitalista implementada de forma mais sistemática nas áreas entrecortadas pelos rios, Feio, Aguapeí, do Peixe e Santo Anastácio, acirraram-se os conflitos com as populações Kaingang que habitavam esta região, provocando, durante o processo de ocupação, as transferências para outras regiões.

Já no século XX, com a “pacificação” dos Kaingang, são criados, pelo Serviço de Proteção ao Índio (SPI) os aldeamentos de Icatu, às margens da estrada Penápolis-Aguapeí e o aldeamento Índia Vanuíre, próximo ao rio Feio/Aguapeí, e que se

estendem até a atualidade nesse modelo. Estas áreas correspondem a uma pequena parcela do que foi, no passado, o território ocupado pelas populações Kaingang. O posto Indígena Vanuíre localiza-se no município de Tupã, no bairro da Ponte Alta, a 22km da cidade e possui 250 alqueires de terras demarcadas onde se concentram os Kaingang. O Posto Indígena Icatu localiza-se no município de Braúna, distante apenas 6 km desta cidade e a 35km de Penápolis, o centro regional. É a menor das reservas, possuindo 119 alqueires de terras demarcadas (Rangel, 1984).

DESENVOLVIMENTO DA PESQUISA

Vale ressaltar que o trabalho do arqueólogo deve seguir quatro tarefas: formulação de conceitos, busca de dados, interpretação de dados e síntese (Ascher, 1971). Por isso, para atingir o objetivo proposto, desenvolveremos levantamentos de dados e informações a respeito da produção, uso e descarte material da população Kaingang e como estes percebem o espaço territorial, por meio da associação de elementos arqueológicos, etno-históricos e etnográficos presentes na perspectiva Etnoarqueológica. Cabe ressaltar que esse modelo teórico pode ser entendido como uma abordagem que, a partir do estudo de sociedades contemporâneas, proporciona os meios para formular e testar hipóteses, modelos e teorizações que possibilitam responder questões de interesse arqueológico (Kent, 1987; Thompson, 1991 e Stark, 1993). Ou ainda, como uma estratégia de pesquisa que visa a produzir uma base de dados etnográficos sobre as relações entre o comportamento humano e o mundo material que possa auxiliar nas teorizações sobre os processos de formação dos registros arqueológicos e, ao mesmo tempo, que venha a contribuir para os estudos de cultura material (Hodder, 1982; Longacre, 1991 e David, 1992).

Postos Indígenas no Sertão Paulista

São reservas multiétnicas, isto é, habitadas por diferentes grupos étnicos, oriundos dos processos de apropriação de terras e da política de pacificação indígena implementada pelo sistema de colonização do sertão paulista. *“São partes dos antigos territórios indígenas, doados pelo Estado ou por particulares ao SPI, para atrair e localizar os indígenas remanescentes do período das guerras com os bugreiros, que foram ‘pacificados’ pelo SPI”* (PINHEIRO, 1999:116).

O Posto Indígena Icatú localiza-se no município de Braúna, distante apenas 8 km desta cidade e a 35km de Penápolis, o centro regional. A mudança se deu em junho de 1916 acarretando conflitos entre os grupos Kaingang aldeados e entre os indígenas e o SPI. A área do posto é limitada pelo córrego Icatú e pela estrada que liga Braúna a Luiziânia. Segundo Melatti (1976) este posto também é conhecido pelo nome de “Capitão Kenkrá”, pois a denominação Icatú foi definida a partir de maio de 1969. Esta aldeia é a menor das reservas, possuindo 301 ha de terras demarcadas onde habitam 104 pessoas entre os Kaingang e os Terena¹.

Para resolver o conflito entre os grupos Kaingang é criado em 1917 um outro aldeamento, 9km antes do rio Feio/Aguapeí, que recebeu o nome de Posto Indígena

¹ Conforme dados obtidos pelo Instituto Socioambiental junto a FUNAI no ano de 1998 e publicado em Povos Indígenas no Brasil: 1996/2000, conforme RICARDO (2000:772).

Vanuíre e agrupou alguns dos dissidentes do antigo posto (PINHEIRO, 1999). Também conhecido como aldeia Pirã, este Posto localiza-se no município de Arco-Íris, no bairro da Ponte Alta, distante 23km do município de Tupã. Possui 709 ha de terras demarcadas, onde se concentram uma população de 181 indivíduos entre os Kaingang, os Terena, os Krenak e alguns indivíduos do grupo Fulniô e Aticum, além de não-índios. A área é banhada pelos córregos Pira, Koiós e Iakri.

A área é banhada pelos córregos Pira, Koiós e Iakri. Segundo Pinheiro, *“atualmente, predominam na aldeia indivíduos de ascendência Kaingang (grupo Jê) e Krenak (grupo Borun). Os Kaingang são antigos moradores da região. São os descendentes da civilização que existiu nos Vales dos rios do Peixe, Feio/Aguapeí e de seus afluentes, antes de serem apropriados pelos civilizados e nomeado ‘Oeste Paulista’. Os Krenak, segundo grupo forte dentro da aldeia, foram transferidos para Vanuíre, principalmente a partir da década de 40, do Vale do rio Doce e do São Mateus, região mineira bastante disputada por fazendeiros”* (Pinheiro, 1999:18).